

'Centrão' tentará tirar função social da terra

ANC
09 MAI 1988

BRASÍLIA — O Centrão, com apoio da UDR, deverá apresentar hoje pedido de destaque de votação em separado, para suprimir do texto da nova Constituição qualquer referência ao cumprimento da função social pela propriedade produtiva. Com esse expediente, o grupo — que amanhã à tarde voltará a medir forças com a liderança do PMDB e as esquerdas no plenário da Constituinte — pretende impedir que a reforma agrária atinja propriedades produtivas.

Se o destaque for rejeitado, o Centrão tentará derrotar o substitutivo do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) e a proposta da liderança do PMDB. Nessa hipótese, não haveria capítulo sobre reforma agrária na Constituição, o que para a UDR é melhor do que o risco de desapropriação.

O deputado José Lins (PFL-CE), que ontem de manhã reuniu-se com os deputados Rosa Prata (PMDB-MG) e Allyson Paulinelli (PFL-MG), confirmou que essa será a estratégia. Ele confia na vitória, "porque para derrubar o destaque e manter o texto, eles é que terão de colocar no plenário 280 votos". Mas dentro do grupo há divergências que podem causar mudanças de estratégia.

Até ontem de manhã, o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE) era contra o destaque supressivo. "Isso pode parecer uma posição radical, pouco moderna e de oposição à reforma agrária, quando eu acho apenas é que a propriedade produtiva deve ser preservada", disse de Recife. Ele chega hoje cedo a Brasília, para tentar conduzir o Centrão ao entendimento.

Os defensores do destaque têm apoio da UDR. O presidente da entidade, Ronaldo Caiado, já defendia essa tese na quinta-feira passada.

Assinaturas — A liderança do PMDB que se reuniu ontem à tarde — tentará aprovar o substitutivo do relator Bernardo Cabral, o primeiro texto a ser votado. O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) não acredita que o Centrão vote contra para suprimir a reforma agrária da nova Constituição.

Ontem de manhã, dois assessores do Centrão denunciaram pelo telefone que os deputados Maurício Pádua (PMDB-MG), Paulo Roberto Cunha (PDC-GO), Ricardo Izar (PFL-SP), Felipe Cheidde (PMDB-SP) e Antônio Carlos Franco (PMDB-SE), além do senador Urbano Franco (PMDB-SE), não assinaram a emenda do PMDB, embora seus nomes apareçam entre os signatários. Nenhum desses parlamentares foi encontrado, mas o deputado Nelson Jobim garantiu que pelo menos Felipe Cheidde assinou.

Em Belém, o ministro da Reforma Agrária, Jáder Barbalho, disse que o substitutivo do relator Bernardo Cabral será aprovado terça-feira, porque só faltam as adesões do PFL e PL ao acordo. Jáder ressaltou que o texto de Cabral, ao não fixar limites máximos de extensão para a propriedade, torna a reforma agrária "perfeitamente exequível, porque o governo precisa de apenas 30 milhões de hectares até 1991 para fazer assentamentos e só 2,4% das propriedades rurais detêm 284 milhões de hectares".